

Em 09/08/05
Assessoria de Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA DEPUTADA ARLETE SAMPAIO

REQUERIMENTO Nº RQ 2011/2005 (da Deputada Arlete Sampaio)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida, à Assessoria de Plenário e Distribuição para inclusão em Ordem do Dia:

Em 10/08/05

[Assinatura]
Gisela Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a transformação da sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2005 em Comissão Geral para debater o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição, estabelecido pelo art. 35, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, mais conhecida como Estatuto do Desarmamento, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, requero a transformação da sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2005 em Comissão Geral para debater o referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição, estabelecido pelo art. 35, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, mais conhecida como Estatuto do Desarmamento, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

JUSTIFICAÇÃO

O uso de armas de fogo está fora de controle. Estima-se que mais de 500 milhões de armas pequenas estejam em circulação pelo mundo, incluindo revólveres, rifles automáticos, granadas, submetralhadoras e pistolas. O problema é que elas ainda são de fácil aquisição, seja de forma legal ou ilegal e podem ser usadas e escondidas facilmente, o que torna difícil o controle.

PROTÓCOLO LEGISLATIVO
RQ 2011/2005
Fis. Nº 01 Naiana

[Assinatura]

Hoje em dia, são essas armas as mais usadas na destruição em massa. Segundo a organização *Médicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear*, todos os anos morrem cerca de 500 mil pessoas no mundo por causa delas, em conflitos, crimes e outras formas de violência. Desse total, 300 mil sucumbem em conflitos, e 200 mil são vítimas de homicídio, crime, suicídio e acidente. Em outras palavras, uma pessoa morre a cada minuto atingida por arma de fogo. A maioria das vítimas é formada por civis, principalmente mulheres, jovens e crianças.

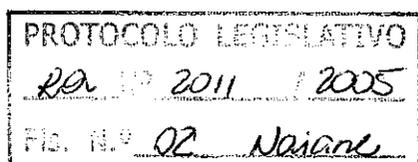
No Brasil, a situação não é diferente. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 10 pessoas são assassinadas todos os dias, vítimas de arma de fogo. São quase 40 mil mortes por ano. Grande parte por motivo fútil, brigas domésticas, discussões em bares ou no trânsito, "brincadeiras" de crianças e jovens. Os adolescentes são os que correm o maior risco.

Segundo o instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), no Rio de Janeiro, as armas de fogo têm matado mais jovens entre 15 e 19 anos do que todas as outras causas de morte reunidas. As últimas estatísticas revelam que houve aumento significativo de vítimas com idades entre 10 e 14 anos. Já a UNESCO estima que, entre 1979 e 2003, 550 mil brasileiros foram vítimas de armas e munição. Dessas, 206 mil tinham de 15 a 24 anos.

Arma de fogo é muito mais um perigo do que uma proteção. Quando guardada em casa, ficam aumentadas em quatro vezes as chances de atingir uma pessoa acidentalmente; em sete vezes de ser usada em assaltos ou homicídios; e em onze vezes de ser usada em tentativas de suicídios. Até mesmo os policiais, que passam por inúmeros treinamentos de manuseio, estão sob o risco de terem suas armas usadas contra eles. Um estudo publicado recentemente no *American Journal of Public Health* mostra que 20% dos policiais baleados e mortos nos últimos 15 anos nos Estados Unidos foram vítimas de suas próprias armas.

Reduzir a quantidade de armas é o recurso mais eficiente para diminuir o número de mortos e feridos da violência urbana e rural. A arma de fogo não é a causa, mas um dos principais instrumentos para a prática da violência em guerras, na repressão governamental e no crime. Nenhuma guerra, declarada ou não, será resolvida ou evitada caso não haja um esforço conjunto para controlar e limitar a proliferação das armas pequenas no mundo.

O desarmamento da população civil é um dos eixos da Campanha da Fraternidade de 2005, que tem como tema "Solidariedade e Paz". Essa questão é abordada a partir do lema "Felizes aqueles que promovem a paz". Bem assim, igrejas e templos de todos os credos e entidades da sociedade civil organizada conseguiram quebrar resistências à realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo no país, por meio de campanhas pelo recolhimento de armas. Estima-se que será atingida a marca de 500 mil armas recolhidas.



Desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003), discute-se a realização do referendo, previsto no art. 35, §§ 1º e 2º do referido diploma legal:

“At. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.”

Finalmente, no dia 7 de julho de 2005, foi promulgado pelo Congresso o decreto legislativo que autoriza a realização do referendo do desarmamento no dia 23 de outubro próximo. O ministro Carlos Madeira, presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral confirmou a data. A consulta popular será feita por meio de voto em urnas eletrônicas e, cerca de 121 milhões de brasileiros e brasileiras deverão responder sim ou não à pergunta: “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”.

Nos quarenta e cinco dias anteriores à realização do referendo haverá campanha de esclarecimento à população pelos meios de comunicação, com espaço para as duas frentes da sociedade civil – contrárias e favoráveis à comercialização de armas -, que terão tempos iguais para defender suas posições. Para alegria dos que querem ver o Brasil livre da violência, as últimas pesquisas apontam que mais de 80% dos eleitores desejam o desarmamento. Vale lembrar que, caso essa estatística se comprove, nosso país será o primeiro do mundo a ter uma política de controle de armas.

Nós, cidadãs e cidadãos que defendemos o desarmamento e a cultura de paz temos a responsabilidade de difundir nossa posição e argumentos por meio das condições de que dispomos. Eu, como parlamentar, proponho a realização da Comissão Geral ora requerida, a qual se somará às diversas audiências que se realizarão nesta Casa sobre o tema. Assim, estará garantida a efetiva participação do povo do Distrito Federal num dos mais importantes debates de nossa História, pelo que peço o apoio de todos os nobres parlamentares ao presente pleito.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Arlete Sampaio

Deputada Distrital – PT

